



Eixo 4 – Ciência da informação: diálogos e conexões

Modalidade: trabalho completo

A história das classificações bibliográficas: um estudo das principais notações - CDD, CDU, LC e Ranganathan

The history of bibliographic classifications: a study of the main notations - CDD, CDU, LC and Ranganathan

Adriana Luiza de Sousa Varão – Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Márcia de Arêa Leão Oliveira – Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar e descrever os quatro tipos mais conhecidos de classificações bibliográficas em bibliotecas (LC, CDD, CDU e Ranganathan), além de revisitar a história, a criação, as aplicabilidades e a disseminação da informação desses sistemas. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma revisão da literatura. Acreditamos que as contribuições desta pesquisa serão de grande valor para futuros estudos, pois, além de remeter à história, também permite uma comparação da evolução dos sistemas e suas formas de utilização nas unidades de informação.

Palavras-chave: Classificação Bibliográfica. Biblioteca do congresso americano. Classificação Decimal de Dewey. Classificação Decimal Universal. Classificação de Ranganathan.

Abstract: This work aims to analyze and describe the four types of bibliographic classifications best known in libraries (LC, CDD CDU, Ranganathan), in addition to carrying out a historical review of their creation and applicability and dissemination of information. In order to achieve the proposed objective, this work used the description of these classification systems. We believe that the contributions resulting from this research will be of great value for future studies, as in addition to referring history to the past, it also refers to the present, enabling a comparison of the evolution of systems and their ways of using them in information units.

Keywords: Bibliographic Classification. American Library of Congress. Dewey Decimal Classification. Universal Decimal Classification. Ranganathan Classification.





1 INTRODUÇÃO

A compreensão da importância dos sistemas de classificação bibliográfica no contexto das bibliotecas passa pela análise de como essas classificações são percebidas pelos diversos segmentos, na concepção de que esses tipos de classificações fazem parte de um processo histórico.

Ao analisar a história dos sistemas de classificação, percebe-se que sua importância remonta às sociedades primitivas. A arte de classificar é algo inerente à existência humana; assim sendo, é possível afirmar que classificar é uma atividade tão antiga quanto a humanidade. No entanto, a aquisição de uma base teórica se deu recentemente, o que foi a força propulsora para elevá-la à condição de ciência (Bezerra, 2013). De acordo com esse pensamento, o homem primitivo tinha a necessidade de classificar de forma simples, com o intuito de facilitar a busca de objetos. Posteriormente, surgiu a ideia de classificações mais complexas, elevando a categoria de ciência para não apenas realizar buscas, mas também recuperar informações de forma sistemática e mais complexas.

É importante destacar que a ação social do homem de classificar é instintiva; ou seja, a forma como o ser humano se comporta no ambiente vem precedida de atos de classificação, como é mencionado por Costa:

Encontramos inúmeros exemplos de classificações inscritas e atuantes nos mais variados domínios das relações sociais, tal como se nos apresentam no quotidiano. Basta pensar na maneira como as pessoas tratam umas às outras, ou se referem a terceiros, atribuindo estatutos de superioridade ou inferioridade social, considerando umas distintas e outras vulgares, umas sérias e outras desonestas, umas competentes e outras incapazes, umas merecedoras de mais respeito e outras de menos, e por aí afora (Costa, 1997/98, p. 66).

De acordo com o autor, a ação de classificar é parte constitutiva das sociedades, na medida em que está por toda parte, impregna a vida social de forma onipresente — daí o autor designá-las como "classificações sociais", isto é, não apenas sociais porque são feitas por pessoas vivendo em sociedade, mas principalmente porque as classificações são parte intrinsecamente constitutiva das sociedades (Costa, 1997/1998, p. 65).

As primeiras classificações, do ponto de vista científico, foram as filosóficas, que mais tarde serviram como base para a elaboração das classificações bibliográficas

utilizadas hoje. Moreira e Moraes (2019) acrescentam que, de acordo com a história mais conhecida no Ocidente, a classificação das ciências (ou classificação filosófica) tem origem nos estudos de Aristóteles, que dividiu o conhecimento em classes que hoje servem de base para estudos e abordagens contemporâneas.

Dentre os grandes nomes que criaram os sistemas de classificação filosófica estão Platão, Aristóteles, Porfírio, Capella, Cassiodoro, Gessner, Bacon e Comte. Em 1605, Francis Bacon idealizou um sistema chamado "Chart of Learning", tendo como base as seguintes faculdades humanas: memória, imaginação e razão. Considera-se Bacon o filósofo que mais contribuiu para os estudos de sistemas de classificação bibliográfica.

Segundo Barbosa (1962), a preocupação dos bibliotecários em dar aos livros um lugar certo nas estantes é muito antiga. No entanto, as primeiras classificações usadas falharam em seus objetivos, por terem sido feitas com base filosófica, visando apenas o agrupamento dos conhecimentos humanos.

No final do século XIX, o processo evolutivo de organização do conhecimento se adaptou ao conteúdo registrado nos livros, atendendo às necessidades informacionais dos leitores. Surgem então os primeiros sistemas de classificação bibliográfica.

Do ponto de vista de Moreira e Moraes (2019), considerando a perspectiva da ciência da informação e, principalmente, da biblioteconomia e da documentação, a teoria da classificação tem como preocupação central a classificação bibliográfica, isto é, a classificação do conhecimento registrado em livros e outros documentos bibliográficos stricto sensu.

1.1 Objetivo geral

Posto isso, a pesquisa tem como objetivo geral analisar e descrever os quatro tipos de classificação bibliográfica mais conhecidos em bibliotecas (LC, CDD, CDU e Ranganathan).

1.2 Objetivos específicos

De modo específico, objetiva-se revisitar a história e a criação dessas classificações, além de analisar suas aplicabilidades nas bibliotecas como representação e disseminação da informação.

Esta pesquisa partiu da curiosidade de conhecer e analisar as quatro classificações bibliográficas (LC, CDD, CDU e Ranganathan) ao longo da história. Como é esse processo de classificação? Como eram as notações? E a recuperação da informação?

Diante do exposto, esta pesquisa visa descrever as quatro classificações mais conhecidas (LC, CDD, CDU e Ranganathan) ao longo da história, sua aplicabilidade nas bibliotecas e a disseminação da informação.

Além disso, a pesquisa tem o intuito de fazer com que os leitores conheçam os criadores dos sistemas de classificação, bem como os motivos e necessidades que os levaram a criar essas formas de organizar a informação.

Por fim, a pesquisa tem a intenção de remeter o leitor à história e, ao olhar para a contemporaneidade, compreender o que mudou e quais são os impactos desses sistemas para a recuperação e usabilidade nas bibliotecas de hoje.

1.3 Referencial teórico

A compreensão da importância dos sistemas de classificação bibliográfica dentro do contexto das bibliotecas passa pela análise de como essas classificações são percebidas pelos diversos segmentos, na concepção de que esses tipos de classificações fazem parte de um processo histórico.

Ao analisar a história dos sistemas de classificação, percebe-se que sua importância remonta às sociedades primitivas. Muitas vezes classificamos sem perceber que estamos fazendo isso; outras vezes, sim, como menciona Araújo:

Existem sistemas de classificação mais e menos elaborados. Algumas distinções podem ser bastante simplistas, como aquelas dicotômicas que separam as pessoas em ricos e pobres, a música em boa ou ruim, os políticos em 'de direita' ou 'de esquerda'. À medida que se acrescentam outras possibilidades de distinção (por exemplo, 'classe média', 'classe média alta', 'classe média baixa'; 'música erudita', 'música popular', 'música da cultura de massa'; 'políticos de centro', 'de centro-esquerda', 'de centro-direita'), notase um trabalho de refinamento da percepção dos objetos — os agrupamentos vão se tornando mais específicos (Araújo, 2006).

Compreendendo esse pensamento, é no dia a dia, no convívio, que amadurecemos a ideia de classificar de forma mais complexa e elaborada, de acordo com nossas necessidades.



2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura baseada na pesquisa bibliográfica de documentos publicados e os materiais utilizados foram livros e sites os quais foram organizados todos os trabalhos consultados por meio de fontes relevantes.

2.1 As classificações bibliográficas

Burke reconhece a existência de várias formas de classificar o conhecimento. Em suas palavras, no início da Europa moderna, o conhecimento era classificado por grupos diferentes de maneiras também diferentes (Burke, 2003, p. 79). O autor destaca esse momento histórico como especificamente relevante, quando se verificou um esforço sistematizado de divisão e organização do conhecimento, desde as árvores do conhecimento no século XVI até os três subsistemas que serviram para a classificação do conhecimento no âmbito das universidades europeias: a organização dos currículos, a ordem das bibliotecas e a estrutura das enciclopédias (Araújo, 2006).

Entre essas classificações mais elaboradas, que buscam explicitar e refletir sobre os critérios de classificação utilizados, estão diferentes tradições de reflexão. Svenonius separa aquelas oriundas de filósofos, enciclopedistas, epistemólogos e outros voltados para uma classificação filosófica do conhecimento, daqueles preocupados com a organização de documentos, sua disposição física e sua recuperação. A estes últimos, a autora denomina classificação bibliográfica (Svenonius, 1985).

Independentemente do tipo de classificações e suas formas distintas de organização, todas as teorias que buscam especificar as classificações bibliográficas têm o intuito de mostrar uma forma de classificar de maneira metódica, lógica e que traga um parecer sobre as formas de união para a reunião de concepções.

2.2 Classificação bibliográfica da biblioteca do congresso americano

Sabe-se que a Biblioteca do Congresso foi fundada em 24 de abril de 1800 por meio de um decreto oficial assinado pelo presidente John Adams e possuía um acervo pequeno de uso exclusivo do Congresso. Ela ficava dentro do Congresso Americano. Em 1814, durante um ataque dos britânicos a Washington, seu acervo foi incendiado.

Considerada uma das maiores do mundo, a Biblioteca do Congresso Americano (Library of Congress – LC) é uma significativa fonte de pesquisa para todas as áreas do

conhecimento, sendo, inclusive, o principal braço de pesquisa do Congresso dos Estados Unidos e sede do Escritório de Direitos Autorais norte-americano. Seu vasto acervo, em mais de 450 idiomas diferentes, exige que seja alojado em três edifícios, sendo o edifício Thomas Jefferson o principal deles (Costa, 2018).

Designados por John Russell Young, então diretor da entidade, James Hanson e Charles Martel tomaram como guia a Classificação Expansiva de Cutter, introduzindo grandes modificações, especialmente quanto à notação (Piedade, 1977, p. 118). Essa proposta, em suma, direcionou cada classe a vários conhecedores, resultando nas estreitas diferenças que ocorrem de uma classe para outra.

A estrutura é baseada na ordem alfabética, que é assiduamente utilizada. Em sua notação, a classificação é mista, possuindo letras maiúsculas e algarismos arábicos de 1 a 9.999, precedidos por um ponto, chamados de números de Cutter por serem parecidos com as conhecidas Author marks, projetadas por Cutter.

Figura 1 - John Adams



Fonte: [Wikipédia,2024] Descrição: imagem de John Adam

Figura 2 - Thomas Jefferson



Fonte: [Wikipédia,2024] Descrição: imagem de Thomas Jefferson

Acima, temos duas imagens de pessoas que, de fato, deram suas contribuições para a Biblioteca do Congresso Americano. John Adams assinou em 1800 a lei que instituiu a Biblioteca do Congresso. A biblioteca de Thomas Jefferson foi uma das melhores dos Estados Unidos. Ele inventou um sistema próprio de marcar seus livros, um método que misturava letras cursivas e letras de imprensa escritas em cada página.

2.2.1 NOTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA BIBLIOTECA DO CONGRESSO AMERICANO

Esta classificação é a mais utilizada nas bibliotecas acadêmicas e de pesquisa nos Estados Unidos. Desenvolvida por Herbert Putnam com os conselhos de Charles Ammi Cutter em 1987, esta classificação não descreve as áreas do conhecimento como um todo, mas sim os assuntos dos livros em uma biblioteca. Entretanto, suas categorias são divididas abstratamente (Nunes, 2009).





Figura 3 – Classes da biblioteca do congresso

Letra	Assuntos cobertos
Α	General Works
В	Philosophy, Psychology, and Religion
С	Auxiliary Sciences of History
D	General and Old World History
E	History of America
F	History of the United States and British, Dutch, French, and Latin America
G	Geography, Anthropology, and Recreation
Н	Social Sciences
J	Political Science
K	Law
L	Education
M	Music
N	Fine Arts
Р	Language and Literature
Q	Science
R	Medicine
s	Agriculture
Т	Technology
U	Military Science
V	Naval Science
Z	Bibliography, Library Science, and General Information Resources

Fonte: [Wikipédia, 2024]

Descrição: Acima está a imagem de um quadro as letras de A a Z e os respectivos assuntos cobertos pela LC

Analisando a figura acima, cada classe da LC é publicada independentemente das demais e tem seu próprio índice, não havendo um índice geral. O sistema divide o conhecimento em 21 classes básicas, e cada uma é identificada por uma única letra do alfabeto. Vale lembrar que as letras I, O, W, X e Y não são utilizadas.

A classificação da LC não é hierárquica; ela apenas segue uma continuidade consolidada pelo uso e pela prática. Podemos destacar as vantagens deste tipo de organização, como suas categorias, que foram criadas por profissionais experientes nas áreas do conhecimento, de acordo com as exigências da Biblioteca do Congresso. Entretanto, as desvantagens desse tipo de classificação estão em sua linguagem controlada, que pode não parecer natural e foi criada originalmente para atender à Biblioteca do Congresso.

O LC utiliza uma combinação de letras e números para detalhar e categorizar os materiais. A notação pode incluir letras que representam a classe e a subclasse, e números que representam tópicos mais específicos dentro da subclasse.



2.3 Classificação decimal de Dewey

A Classificação Decimal de Dewey, também conhecida como Sistema Decimal de Dewey, é uma organização documental desenvolvida pelo bibliotecário americano Melvil Dewey (1851–1931). Esta organização foi criada em 1876 e sofreu grandes modificações e expansões nas revisões realizadas até 2011.

Embora na época de sua publicação fosse divulgada como uma ferramenta para organização e recuperação de documentos, o avanço tecnológico das últimas décadas, representado pela internet, bases de dados e novas metodologias e ferramentas de organização da informação e do conhecimento, influenciou seu uso, fortalecendo seu papel na ordenação e, em certa medida, transferindo a função de recuperação para linguagens de indexação, como listas de cabeçalhos de assunto e tesauros (Vogel; Pazos, 2024).

Compreendendo este pensamento, com os novos serviços de ferramentas de navegação e instrumentos para recuperação de informações, hoje os sistemas de bibliotecas não são utilizados apenas para organizar documentos, mas também como forma de mediação entre os sistemas e os usuários. Analisando ainda esta ideia, Pinheiro (2014, p. 1) esclarece que a localização dos livros não seria mais absoluta, isto é, ligada a determinada estante e prateleira, mas relativa ao seu assunto. Dessa forma, o livro passa a ganhar uma localização que é relativa também aos outros livros do acervo. Diante disso, os livros não estariam mais em estantes fixas, e os novos livros não ficariam mais distantes uns dos outros, pois, com a nova proposta de localização relativa, os livros estariam agrupados por conteúdo temático e estariam todos agrupados em um único lugar na estante.

Desse modo, Dewey revolucionou a ordenação dos documentos nas bibliotecas, aumentando a velocidade no atendimento aos usuários e na retirada e devolução dos materiais. Além disso, esse sistema se propunha a classificar todo o conhecimento humano por disciplinas, podendo, assim, ser implementado em bibliotecas de qualquer tipo e/ou especialidade (Vogel & Pazos, 2024).

Compreendendo esse pensamento, além de poupar o tempo do usuário, muitas bibliotecas também podem utilizar a CDD em suas unidades de informação.



Figura 4 - Melville Louis Kossuth Dewey



Fonte: Wikipédia, 2024 Descrição: Imagem de Melvil Dewey de terno, barba e óculos

Acima está a imagem de Melvil Dewey, como era conhecido. Sua maior contribuição para a área de biblioteconomia foi a Classificação Decimal, que é referência na área até os dias de hoje. O Sistema Decimal de Dewey teve ampla divulgação através do Library Bureau e foi aplicado a documentos pela primeira vez pela Estrada de Ferro Baltimore & Ohio em 1898.

2.3.1 ESTRUTURA E NOTAÇÃO DA CDD

A quantidade de tabelas auxiliares depende da edição, assim como a quantidade de volumes. Por exemplo, as tabelas auxiliares são usadas para ajudar na classificação de tópicos que não se encaixam diretamente nas principais classes de 000 a 900 e para fornecer mais detalhes sobre tópicos específicos. Cada nova edição pode acrescentar, remover ou alterar as tabelas auxiliares para considerar mudanças no conhecimento, na disposição do sistema e nas necessidades dos usuários.

Quadro 1 – Classes principais da CDD

CLASSES PRINCIPAIS		
000	Ciência da computação, Informação e Generalidades	
100	Filosofia e Psicologia	
200	Religião	
300	Ciências Sociais	
400	Línguas	
500	Ciências Naturais e Matemática	
600	Tecnologias e Ciências Aplicadas	
700	Artes	





800	Literatura	
900	História , Geografia e Biografia	

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Descrição: O quadro acima mostra as 10 classes da CDD, 10 classes principais

A CDD está dividida em 10 classes principais, numeradas de 000 a 999, que representam áreas do conhecimento. Possui também subdivisões, onde cada uma das 10 classes principais é subdividida em categorias mais específicas usando números decimais. Também fazem parte da estrutura da CDD as subdivisões adicionais, que podem ser ainda mais detalhadas usando mais números decimais. A estrutura da CDD inclui também as tabelas auxiliares e as notações decimais.

Quadro 2 – Notação bibliográfica da CDD

Quality 1 Notação bibliogranica da est			
610	MEDICINA		
617.917 8	MEDICINA- ASPECTOS PSICOLÓGICOS		
610. 072	MEDICINA – PESQUISAS		

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Descrição: No quadro acima pode-se observar que a classificação decimal de Dewey vai se subdividindo e formando subáreas, como mostra o exemplo.

No quadro acima pode-se observar que a classificação decimal de Dewey vai se subdividindo e formando subáreas, como mostra o exemplo.

2.3.2 A DECIMALIDADE

A decimalidade da classificação decimal de Dewey – CDD refere-se à forma como o sistema organiza o conhecimento em uma estrutura decimal, ou seja, números decimais são utilizados para representar categorias e subcategorias de assuntos.

2.3.3 A CDD ATUALMENTE

A versão mais recente da classificação decimal de Dewey é a que se apresenta na 23ª edição, publicada em 2011. Essa ajustes e atualizações continuam a ser feitos, pois podem incluir novos códigos para refletir mudanças no saber e na sociedade.

É importante mencionar que a OCLC atua como protetora e facilitadora da CDD, pois ela garante que o sistema permaneça atualizado e pertinente para as necessidades das bibliotecas e dos usuários.



2.4 Classificação decimal universal

A criação da Classificação Decimal Universal (CDU) deve-se ao trabalho desenvolvido pelos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1905, e seu intuito inicial era organizar bibliografias. Ela surgiu como uma evolução da Classificação Decimal de Dewey.

Otlet vislumbrava o controle bibliográfico universal com o intuito de contribuir para um mundo ideal no qual houvesse compartilhamento total e irrestrito do conhecimento humano. Nesse sentido, foi arrojado ao idealizar e aplicar métodos para a organização documental. Iniciou inventariando todo tipo de documento e, para isso, criou instrumentos fundamentados em regras e padrões (Pereira, Kroeff e Correa, 2018, p. 157).

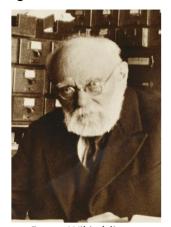
Paul Otlet é um representante da ciência da informação, principalmente por causa de suas ideias que contribuíram para a área da documentação, cuja definição foi expandida para englobar todos os suportes de informação. Seu parceiro nessa tarefa, La Fontaine, era advogado e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1913. Os dois foram os fundadores da Federação Internacional de Informação e Documentação (FID) em 1895. Em consequência desses acontecimentos, a história da CDU e da FID se entrelaçam de tal forma que, até a finalização das atividades da FID no ano de 2002, não era possível desvinculá-las.

As contribuições de Paul Otlet e Henri La Fontaine foram de suma importância para a organização, recuperação, disseminação, acesso e uso da informação em diferentes coleções de bibliotecas, arquivos ou museus.

No ano de 1992, formou-se um consórcio de editores — *Universal Decimal Classification Consortium* (UDCC), localizado em Haia, na Holanda, que desde então assumiu a responsabilidade de gestão e detenção dos direitos autorais e de publicação do sistema bibliográfico.



Figura 5 - Paul Otlet



Fonte: Wikipédia Descrição: Acima está a imagem de Paul Otlet.

Figura 6 - Henri La Fontaine

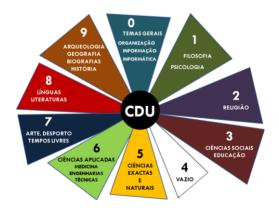
Fonte: Wikipédia Descrição: acima está a imagem de Henri La Fontaine

2.4.1 CARACTERÍSTICAS DA CDU

Na CDU, a notação é mista porque, além dos dígitos decimais, inclui letras, palavras e sinais gráficos que permitem a construção de expressões que representam os conceitos contidos em um documento bibliográfico. Sua concepção proporciona grande flexibilidade na formação e na construção das notações (Santos, 2009).

Dessa forma, a Classificação Decimal Universal é um esquema de classificação uniformizado com o objetivo de organizar todo o conhecimento humano. Além de ser uma classificação decimal, dividida em 10 classes que se subdividem do geral para o específico, cada conceito é representado por uma notação numérica ou alfanumérica.

Figura 7 – Classes da classificação decimal universal - CDU



Fonte: ALIQUID NOVI (2024)

Descrição: Acima está a imagem com as 9 classes da CDU, cada uma disposta em cores diferentes, com a numeração das classes e os assuntos gerais

Observando a imagem, pode-se dizer que atualmente a CDU possui nove classes, sendo oito especiais e uma geral. A classe 4 está vaga desde 1960 e foi reservada para futuras expansões.

As características essenciais da CDU são: sistema decimal, ou seja, a categoria principal é subdividida em subcategorias; universalidade, ou seja, foi organizada para ser aplicável globalmente; flexibilidade e expansibilidade, ou seja, suas classes podem ser ampliadas e subdivididas conforme novas áreas do conhecimento surgem; integração com outras classificações, ou seja, foi projetada para complementar e integrar com outros sistemas de classificação; e baseada em conceitos e ideias, ou seja, permite uma organização mais abstrata e menos dependente de terminologias específicas de uma única língua ou cultura.

2.4.2 NOTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA CDU

A aplicação da CDU condiciona-se ao cenário institucional e pode ser completa ou de forma parcial. Considere o quadro:

Figura 8 – Notação da CDU

A Esgrima nos Jogos Olímpicos da Juventude de 2010 (Singapura)

796.86:796.032.2-053.69	"2010"((592.3)
-------------------------	---------	---------

796.86 796.032.2	Esgrima Jogos olímpicos
-053.6	Juventude
"2010"	Tempo
(592.3)	Região geográfica

Fonte: (Santos, 2009)

Descrição: A figura acima expressa o exemplo de notação da CDU, composta por números e sinais, para o título: A esgrima nos jogos olímpicos da juventude de 2010

2.4.3 SINAIS

Na CDU, pode-se observar a presença de sinais que representam a combinação e o agrupamento de conceitos da tabela. Em síntese, são combinações de dois ou mais conceitos da notação principal ou das subdivisões auxiliares.

Figura 9 - Sinais da CDU

Símbolo	Significado	Função
+	Mais	Coordenação
/	Barra inclinada	Extensão
:	Dois pontos	Relação simples
::	Dois pontos duplos	Ordenação
[]	Colchetes	Subagrupação

Fonte: (Santos, 2009)

Descrição: Acima está a imagem de uma tabela com os símbolos, significados e suas funções na CDU.

Além desses símbolos, a CDU possui também os símbolos que pertencem as subdividões auxiliares.

2.4.4 TABELAS DE AUXILIARES COMUM DA CDU

As tabelas auxiliares comuns da CDU são fundamentais para a organização eficiente e detalhada do conhecimento. Elas permitem a inclusão de aspectos específicos e detalhes adicionais que ajudam a classificar e localizar documentos e informações de forma mais precisa e eficiente.

Figura 10 - Tabelas de auxiliares comum da CDU

SÍMBOLO	SIGNIFICADO	FUNÇÃO DO AUXILIAR COMUM DE
=	igualdade	língua
(=)	parêntesis igual	raça e nacionalidade
(0)	parêntesis zero	forma
(1/9)	parêntesis com número	lugar
""	aspas	tempo
*	asterisco	símbolos criados localmente que não são da cdu
A/Z	palavra e letras do alfabeto	ordenação alfabética
.00	ponto zero-zero	ponto de vista [obsoleto]
-02	hífen zero dois	propriedade
-03	hífen zero três	materiais
-04	hífen zero quatro	relações, processos e operações
-05	hífen zero cinco	pessoas

Fonte: (Santos, 2009)

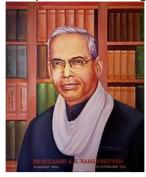
Descrição: Acima encontra-se a imagem de uma tabela composta com símbolos, seus significados e a função de cada um de da CDU

2.5 Classificação de Ranganathan

A elaboração de sistemas de classificações sistemáticas voltados para acervos bibliográficos tornou-se mais consolidada durante o século XIX, quando surgiram contribuições de Harris, Cutter, Dewey e Otlet. Já na metade do século XX, após a crescente utilização desses sistemas por bibliotecas, surgiu, com o matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), uma nova classificação de assuntos dos livros baseada em facetas.

A partir da década de 1930, o universo da classificação de assuntos se transformou e alcançou uma nova abordagem com o desenvolvimento daquela que pode ser considerada a principal teoria da classificação de bibliotecas do século XX – a Teoria da Classificação Facetada (Sales, 2016, p. 62).

Figura 11: Ishiyali Ramamrita Ranganathan



Fonte: (Wikipédia, 2024)

Descrição: pintura de Ranganathan usando uma camisa azul, cachecol branco e óculos, atrás uma estante de livros

Acima a imagem de Shiyali Ramamrita Ranganathan, o qual desenvolveu a classificação facetada, e esta análise facetada é identificada como uma contribuição ao processo classificatório, por permitir uma abordagem que abarca diversos pontos de vista de um mesmo assunto, em contraposição aos sistemas enumerativos.

2.5.1 SISTEMA FACETADO

O método é baseado na análise e síntese do assunto, acompanhando sua constante expansão e atualização. A teoria facetada, também chamada de teoria de dois pontos, organiza o conhecimento por meio de seus conceitos e dos relacionamentos entre eles. As facetas indicam fragmentos do assunto em diversas partes, relacionando-as e analisando-as por meio de categorias fundamentais denominadas Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo – PMEST.

No sistema de facetas, ainda pode-se utilizar a estruturação em níveis e ciclos. Os níveis representam categorias diferentes dentro de uma classe fundamental. Por exemplo, [E1] e [E2] são o primeiro e o segundo nível da classe Energia.

Quando a faceta reaparece com outro conceito, são chamadas de ciclos. Ex: [3E], terceiro ciclo da energia e [4E], quarto ciclo da energia.

As 42 principais classes da Classificação facetada de Ranganathan são as seguintes:

MAIN CLASS (Classes principais)

z Generalidades 1 Universo do saber 2 Biblioteconomia 3 Bibliologia 4 Jornalismo A Ciências Naturais AZ Ciências Matemáticas B Matemática (inclusive Astronomia) BZ Ciências Físicas

C Física

D Engenharia

E Química

F Tecnologia

G Biologia

H Geologia

HX Mineração

I Botânica

J Agricultura

K Zoologia

KX Zootecnia

L Medicina

LX Farmacologia

M Artes Aplicadas

Δ Experiência Espiritual e Misticismo MZ Humanidades e Ciências Sociais

MZA Humanidades

N Belas Artes

NX Literatura e Linguística

O Literatura

P Linguística

Q Religião

R Filosofia

S Psicologia

∑ Ciências Sociais

T Educação

U Geografia

V História

W Ciência Política

X Economia

Y Sociologia

YX Serviço Social

Z Direito

Fonte: (Foskett, 1973, p. 271-272)

As bibliotecas indianas são as que mais adotam o sistema facetado atualmente. Fora do ambiente de bibliotecas, a contribuição da teoria facetada pode ser aplicada também em ambientes digitais, como portais, por exemplo. A representação do conhecimento estruturado em facetas em um ambiente web hipertextual é explicada por Ferreira (2011). Segundo Ferreira, a abordagem do hipertexto, sob o ponto de vista

da análise facetada, consiste na estruturação de categorias e conceitos, bem como de suas inter-relações, em um ambiente web hipertextual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste trabalho, mostramos a história das quatro classificações bibliográficas mais conhecidas: CDD, CDU, LC e a classificação de Ranganathan. Também foram apresentadas algumas notações e como elas são utilizadas pelas bibliotecas que adotam esses sistemas.

Foi verificado que, para cada tipo de biblioteca que utiliza esses sistemas, existem diferenças nas notações e suas aplicabilidades nas diversas unidades de informação. Isso nos leva a concluir que há várias formas de representar o conhecimento humano e de recuperar, acessar e disseminar a informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem uma relevância bastante significativa, pois, além de apresentar a história da representação do conhecimento humano elaborada por pessoas que contribuíram com a criação desses sistemas, também permite conhecer como o conhecimento é representado na prática por diferentes bibliotecas.

Quando falamos em sistema bibliográfico, muitas vezes pensamos apenas nos números e nas notações, sem considerar o processo histórico que levou à sua implementação em bibliotecas, arquivos ou museus. Além dos números, é importante que o leitor compreenda como esses números são elaborados para representar a informação, realizando um estudo prévio e consultando a história.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, [S.I.], v. 11, n. 22, p. 1-24, 2006. Trabalho apresentado no Encontros bibli, 2006. Disponível em:

https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/441. Acesso em: 5 jul. 2024.

BARBOSA, Alice Príncipe. Classificação. Rio de Janeiro, 1962.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*: de Gutenberg a *Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COSTA, Antonio Firmino. Classificações sociais. *Leitura*, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-66, out. 1997/abr. 1998.

COSTA, Thyago. Biblioteca on-line do Congresso Americano disponibiliza mais de 17 milhões de registros. *Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann*, 2018. Disponível em: https://bc.ufpa.br/biblioteca-on-line-do-congresso-americano-disponibiliza-mais-de-17-milhoes-de-registros/. Acesso em: 3 jul. 2024.

FERREIRA, Ana Carolina. *Principais contribuições teóricas de Ranganathan para a teoria da classificação*. 2011. Monografia (Especialização em Arquitetura e Organização da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUOS-986MM7. Acesso em: 5 jul. 2024.

MOREIRA, Walter; MORAES, Isabela Santana de. O assunto "classificação" na literatura brasileira de Ciência da Informação: uma análise nos anais do ENANCIB (2003-2014). *Informação & Informação*, v. 24, n. 1, p. 226–246, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n1p226.

NUNES, Bernardo Pereira. *Classificação automática de dados semi-estruturados*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Informática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Edinete do Nascimento et al. Classificação bibliográfica: as diversas contribuições para o tratamento da informação. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, 15., 2009. *Anais...* Natal: UFRN, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/1/6173. Acesso em: 5 jul. 2024.

PIEDADE, Maria Antonieta Requião. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

SALES, Rodrigo de. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. In: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL (org.). As contribuições de Ranganathan para a biblioteconomia: reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 57-71. E-book.

SANTOS, Marcelo Nair dos. *Classificação Decimal Universal: a representação matemática e conceitual da informação*. Vitória – ES, 2009.

SVENONIUS, Elaine. Classification theory. Los Angeles, 1985. Mimeo.

VOGEL, M. J. M.; PAZOS, J. de M. Classificação Decimal de Dewey: uma análise das regras de construção de notação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [S.l.], v. 20, p. 1–22, 2024. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1890. Acesso em: 10 jul. 2024.